



# REGIMES POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS

Jorge Boaventura de Souza e Silva

O tema em estudo é um dos mais palpitantes e dos mais momentosos, sobretudo na quadra conflitual, preocupada — dramática mesmo — por que atravessa o mundo em geral e as sociedades emergentes, na busca de formas de convivência política, adequadas, tanto quanto possível, às realidades subjacentes de suas sociedades. O tema é, já de si, bastante para nos deixar preocupados. Ainda nesta introdução, acrescento algo que é, digamos assim, uma visão preliminar acerca do enfoque ou da visão crítica que pretendo atribuir ao tratamento do tema em questão.

Acredito muito numa expressão, de extrema felicidade, de alguém que, um dia, disse que cada um de nós é, sempre, querendo ou não, a última palavra do passado e a primeira palavra do futuro. Isto

significa que, quem quiser ter uma idéia coerente, racional e realmente inteligível do presente, deve preocupar-se com o passado de que veio; e quem desejar projetar, para o futuro, em uma visão prospectiva, algo que tenha um mínimo de base de sustentação, haverá de, também, valer-se da compreensão do presente para poder fazer aquela prospecção. Contrariando o enfoque geralmente adotado, para o tratamento deste tema, tenho a intenção de acentuar um pouco a preocupação de natureza histórica; não diria tanto, a ponto de ir até às sociedades que Eric Voegelin chama de sociedades cosmológicas, como a da China, tradicional, em que o ideograma que representava a palavra Wang — significativa de soberano ou de imperador — era constituído de dois traços horizontais, grandes, entre os quais

mais poderosa e mais culta também. Pois a aristocracia, os reis e os fidalgos, continuavam achando, à luz daquela visão ética anterior, não muito digna a manipulação, pelo menos ostensiva e confessada, dos negócios. Muitos, de fato, se abstinham dessa manipulação, por considerarem-na indigna dos padrões de elegância e de fidalguia de um nobre. Razão pela qual, em pouco tempo, quando os príncipes ficavam arruinados em suas finanças, eram obrigados a recorrer aos banqueiros burgueses. Esses banqueiros, tal era a visão da época, muitas vezes nem eram recebidos diretamente pelo príncipe, senão que pelo seu intendente, na porta dos fundos do palácio, pois a natureza de sua atividade continuava a ser considerada menos nobre, menos digna, menos satisfatória, para a postura social da aristocracia.

Ora, a prevalência financeira da burguesia é alguma coisa que começa a crescer e a adquirir significação histórica, pois, à medida que o tempo foi passando, dentro de tal perspectiva, evidentemente, a burguesia se foi enriquecendo cada vez mais, enquanto a nobreza se arruinava na mesma medida. Como esta última não desempenhava, à altura da situação de que desfrutava, os deveres que lhe incumbiam, na liderança e na condução das coisas do Estado, rapidamente começou a desacreditar-se, diante dos que jurisdicionava, mas que passaram a ver, nela, o oposto do exemplo que esperavam. Assim, o quadro social já apresentando uma perspectiva de mudança.

Se retrocedermos um pouco, na

História, iremos, mudando o enfoque, verificar que, na Idade Média, a Igreja Católica era quem controlava todas as instituições difusoras da cultura. Havia então um grande perigo de natureza ideológica, sobretudo devido à ameaça presente na Europa: o fulgurante Império Sarraceno, que ali permaneceu durante séculos. Em certa feita, suas forças chegaram, inclusive, a assediarem o Castelo de Santo Ângelo, e a manter o mar Tirreno, durante mais de 150 anos, como um lago particular das suas naves. Então, como se vê, a Igreja tinha motivos para grande preocupação, de natureza cultural, o que a levava a vedar a leitura e o exame dos textos das civilizações anteriores, sobretudo da Hélade, que fossem considerados perigosos, do ponto de vista dos critérios e da visão crítica eclesial. Essa proibição gerou, no correr do tempo, um desejo de vulnerá-la, de conhecer aqueles textos; e foi assim que surgiu alguma coisa que o autor Mac Fadden chama de "liberalismo intelectual", quer dizer, uma espécie de aspiração de liberdade, exercitada apenas no plano intelectual. Essa aspiração de liberdade, foi-se, realmente, a pouco e pouco, implantando e trazendo as suas consequências. Começaram a surgir idéias que não eram muito do agrado da hierarquia da Igreja da época. Começaram a ser defendidas, por exemplo, as idéias de Averróis. O averroísmo foi uma das primeiras heresias combatidas pela Igreja. Nesse quadro começou a se deteriorar a autoridade monolítica e incontroversa, até então vi-

gente, no que lhe respeitava, do magistério da Igreja.

Por estas razões, e outras que não vêm ao caso aflorar aqui, é que é fenômeno do Século XV, já depois da Idade Média, a Reforma, fato evidenciador de que, pela primeira vez, no ocidente europeu, surgia uma contestação explícita à autoridade de Roma. Também surgiu, concomitantemente à Reforma, a Renascença, mais ou menos no mesmo período, com o extraordinário surto de artes plásticas, com uma produção artística estupefata, características suas muito difundidas; e com uma visível e acentuada decadência de costumes, esta última não tão mencionada... Quem se dá ao trabalho de ler Maquiavel tem um panorama de como, os que conduziam as coisas públicas, na Renascença italiana do seu tempo, viam essas coisas públicas, e qual era o tipo de ética que, então, estava em prática. Era de tal natureza que, por exemplo, as senhoras que, hoje, alguns — por irrisão — dizem que têm vida fácil, e que eram, ao tempo da Idade Média, designadas de "pecatrice", passaram a ser chamadas de "cortigiani", quer dizer, pessoas com uma conduta parecida com as das damas que freqüentavam as cortes... Isto também foi uma característica renascentista, embora muito pouco difundida.

Acontece que os tronos, na Europa, não tinham a feição da sociedade de visão cosmológica a que se refere Eric Voegelin. De certo modo tinham, sim, porque admitiam que a autoridade do Rei provinha de autoridade de Deus. O raciona-

lismo-naturalista não tinha tomado conta, ainda, de todas as mentes, mesmo dentre as que se haviam desvinculado da Lei Mosaica. Não tinham virado as costas ao referencial axiológico de caráter permanente. O Rei representava a ordem, a necessidade de coordenação e de normalização das atividades díspares dos que eram sujeitos a essa ordem. Em tal sentido, o Rei exprimia a Ordem que estaria impressa, pelo Criador, em todas as coisas do mundo criado. Ora, o que reforçava essa visão, claro que coincidente com a autoridade e com o interesse dos reis, o que a reforçava, era a autoridade da fonte de que provinha. No mesmo passo em que essa fonte foi posta em questão — e não apenas pela Reforma, e nem, principalmente, por ela, mas por todas as circunstâncias que estou assinalando e que resultaram no Renascimento e em outras correntes que brotaram a partir daí — na medida em que se enfraquecia a autoridade que provinha daquele ponto, enfraquecia-se, também, a autoridade dos reis. Aconteceu que o liberalismo, que era apenas intelectual, transitou à matéria religiosa e incidiu, perfeitamente, sobre o fenômeno "Poder" enfeixado, até ali, pelos reis. Vê-se, assim, que os reis já começavam, então, a ter minadas as bases dos seus tronos.

O tempo continuou a avançar, e nós estamos assistindo, agora, já à altura do Século XVIII, ao aparecimento do que resultou da aplicação sistemática do método de investigação experimental às ciências da Natureza, trazendo o referido

emprego um sucesso extraordinário, e uma conseqüente sensação de suficiência, de euforia, no que respeitava às capacidades da razão humana. E é por isso que, nesse instante, surge, na História, com um vigor extraordinário, o que foi chamado de racionalismo, e eu, hoje, chamaria de "racionalismo"; racionalismo de exaltação da razão humana, como sendo o único critério capaz para julgar o que é — e o que não é — conveniente para o Homem, cada vez voltando mais, a humanidade, as costas em relação à fonte de autoridade a que, em última instância e em sentido transcendente, ela estivera submetida até ali. Ora, nesse mesmo período, quando a razão humana estava assim tão eufórica, cerca de um século adiante, surgiu o Positivismo, o qual traçou, a pantógrafo, a figura do homem no objeto de sua adoração. Era a Religião da Humanidade, era o homem de joelhos diante dele mesmo. Então, nesse contexto assim "racionalista", brota, sobretudo na França — e sobretudo em virtude da transplantação, para ali, do pensamento de Lord Bacon, transplante esse feito sob os auspícios generosos do Sr. Condillac que, juntamente com Diderot, foi um dos maiores vultos da Enciclopédia — o movimento dos enciclopedistas.

Naquela altura, tal movimento tinha uma visão humanística, porque, apesar do seu "racionalismo" agnóstico — quer dizer, que já não tinha preocupação com respeito a causas primeiras e a conseqüências finais — esse racionalismo brotava do contexto cultural que conti-

nuava — e continua — a ser, até hoje, predominantemente cristão, mesmo com as incorporações da tradição judaica e dos valores das civilizações helênica e romana. Segundo definição e Suzanne Langer, cultura não é outra coisa senão "a expressão simbólica de modos de sentir habituais desenvolvidos", e tais modos de sentir habituais estão presos a valores ancestrais, os quais continuavam a ser, naquele contexto, nitidamente cristãos. Por isto, os próprios agnósticos da Enciclopédia geraram um ideário generoso, porque era um ideário que se baseava nas idéias de liberdade, de igualdade, que a Lei negava, uma vez que estabelecia diferenças irreversíveis, pelo nascimento, ou pela atividade, distinguindo, na França, entre os que constituíam o Terceiro Estado, a plebe, e os que compunham a aristocracia e o clero. Proclamavam o ideal de igualdade, e o de fraternidade. Este, então, naquele contexto de influência nitidamente cristã — não que a fraternidade seja uma exclusividade da religião cristã, mas, naquele contexto cultural, não o poderíamos atribuir a uma visão de Buda, e sim, realmente, a uma manifestação clara da visão cristã. E foi assim que a Enciclopédia se constituiu no manancial de que brotaram as idéias-força, que afinal desaguaram na Revolução Francesa de 1789. Idéias entre as quais se insculpia a de liberdade. Justa, porque não há atributo mais nobre, mais magnífico, no sentido social e humano, do que a liberdade. Mas ocorre que, como brotava

de um seio cultural sob influência agnóstica, o ideal de liberdade foi colocado como uma bandeira, diante das aspirações das massas oprimidas, espoliadas, injustiçadas sem contornos e sem limites; e não foi por outra razão que, rapidamente, a Revolução Francesa, de 1789, levou ao período que a História registra como de terror, e pouco tempo depois desaguava em Napoleão Bonaparte, como, com a crise de 1848, desaguava em Napoleão III.

Eu diria que, ao mesmo tempo em que os fatos, que acabei de assinalar, se desdobravam, surgiam em outro campo, outros fatos de importância transcendente representados, precisamente, pelos avanços a que fiz menção há pouco, no campo das Ciências Naturais. Estas começaram a desenvolver-se num ritmo vertiginoso trazendo progresso, mas trazendo, também, a fragmentação do pensamento humano, até aí coeso e unitário, no sentido de que os eruditos, até o início do Século XVIII, poderiam ter uma visão global, completa, dos conhecimentos da Humanidade do seu tempo; e isso ocorreu com freqüência — talvez não o conhecimento detalhado, mas o conhecimento global e correto acerca de todos os conhecimentos válidos da Humanidade de então. Assim, a aplicação sistemática do método experimental às ciências da Natureza, trazendo vertiginosa progressão do conhecimento dos fenômenos, também trouxe a especialização crescente, porque cada ramo se desdobrava em sub-ramos, que davam sub-ra-

mos e assim por diante, até que, em muito pouco tempo a Humanidade perdia a visão de conjunto. Isto num contexto de impregnação ainda "racionalista", de endeusamento, agora, do valor da Ciência, como instrumento válido para resolver todos os problemas, com o desprezo das "alienações" do tipo transcendente, religioso. Então, a Ciência é que resolveria tudo. Mas ela trouxe, também, a Revolução Industrial.

Repare o leitor como são contemporâneos os fenômenos. O movimento da Enciclopédia é contemporâneo da Revolução Industrial, que trouxe tremendas transformações sociais, que passaram a ser controladas, evidentemente, pelos que dispunham de recursos suficientes para comprar as máquinas que surgiram; e eles não eram outros senão aqueles burgueses que, tantos séculos atrás, antes ainda dos burgos, andavam acompanhando os exércitos romanos e que, àquela altura, já eram as pessoas que possuíam a instrução, o preparo e os recursos suficientes para o financiamento do novo ciclo. Mas, esse novo ciclo encontrava, no conceito impreciso de liberdade, uma coisa maravilhosa para, alapardado por detrás dele e em nome dela, espoliar, em outros termos, as pessoas que agora estavam subordinadas a outro tipo de tirania. De fato, a Revolução Francesa, no seu ímpeto, entre outras coisas, liquidou com as Corporações de Ofício, que haviam funcionado durante o período medieval e não colocou, no seu lugar, outros organismos, capazes de defen-

der a massa desassistida que vivia, apenas, do seu trabalho e que agora estava arruinada. Eis que o método anterior, de natureza artesanal, estava superado, e aquelas pessoas não tinham outra coisa senão a sua força de trabalho para alugar aos que eram possuidores das máquinas. Então estes passaram a ser os grandes arautos da liberdade, pois ela se projetava no campo econômico na forma de livre concorrência, livre comércio, livre câmbio, tudo livre, tudo em nome da liberdade... Uma liberdade que deu, como frutos, muito rapidamente, os que foram descritos, não por mim, cuja descrição pouco valeria, mas pelo Papa Leão XIII, na introdução à encíclica, que dedicou à questão operária, a *Rerum Novarum*. Ali, Leão XIII pinta, de forma dramática, o significado daquela situação, e foi no seio dela que surgiram os movimentos reivindicatórios que já não eram os da Enciclopédia. Eram outros, como os movimentos socialistas, de La Salle, de Babeuf, de Fourier, de Blanc, de Saint Simon, de Owen, de Proudhon, de Blanquis.

Os que não se dedicam, especialmente, a este estudo, imaginam que o socialismo marxista foi uma espécie de mágica que surgiu pela intenção maldosa de um homem que, de repente, teve uma inspiração e o inventou. Não, ele surgiu desse contexto que estou apresentando ao leitor. Então, esses socialismos foram depois chamados, por Marx e seus partidários, de socialismos utópicos, uma vez que eles teriam alcançado a visão socia-

lista científica, abordada mais adiante.

Estou, por enquanto, comentando a essência da Democracia porque, historicamente, ela precede o marxismo. O que interessa é a *essência* da democracia. *Essência* essa que está na dignidade do homem. Ela nada tem a ver com a democracia grega. Isto é outro engano freqüentemente difundido, apenas por motivo etimológico, porque "demos" e "Kratos", então democracia... E a Grécia nada teve a ver com isso. Se pesquisarmos os primeiros pensadores gregos, como Tales de Mileto, o mais antigo deles, ou Anaximandro, ou Anaxímenes que compuseram, com aquele, os jônicos antigos; ou como Heráclito, ou Empédocles, os jônicos mais modernos; ou se nos voltarmos para a Escola Itálica, e pensarmos como Pitágoras; e se formos mais adiante, entre os sofistas — enfim, se fizermos essa busca, veremos que os primeiros, durante largo período, tinham preocupações predominantemente cosmológicas. Já bem adiante aparece Demócrito, cuja obra não é muito conhecida, diretamente, porque perdeu-se no tempo. Nenhum deles trata disso. Os que vêm a tratar desse assunto, mais tarde, são Aristóteles e Platão. Conforme o que disse Platão acerca da democracia, na sua *República*, o Estado Ideal reconhecia a democracia ateniense, os seus escravos, e as mulheres, excluídas do voto e da participação nas coisas públicas, como seres inferiores. Platão não apenas registrava isso como um fato concreto, mas assi-

nalava que era condição essencial do regime, porque só havendo escravos é que os cidadãos poderiam cuidar, verdadeiramente, das coisas públicas. Esta era a democracia grega, que nada tem a ver com aquela em que nós acreditamos, porque a essência delas não é a mesma.

No período de filosofia patristica, que antecedeu o período medieval, em sua obra *Cidade de Deus*, Santo Agostinho, pela primeira vez, estabeleceu a dignidade essencial do homem por sua origem e a sua precedência sobre as superestruturas que o seu espírito livre cria. Esta é a essência da democracia. Quer dizer, consiste em reconhecer a anterioridade do homem e, portanto, em termos de boa razão, as superestruturas que seu espírito cria, só podem ser criadas para o seu serviço e não para a sua opressão. Isto é que é a essência. As formas são outras coisas. Hoje, pouco se diz acerca da *essência* da democracia, e muito acerca de suas *formas*; então, o que se quer discutir, para se saber se uma ordem é democrática, é se o recrutamento dos governantes se faz através de um sistema pluripartidário ou monopartidário; se o voto deve ser direto ou indireto, o que é uma discussão sediciosa, pois a democracia direta já não foi levada muito a sério, nem pelo próprio Platão, que a criticou, e que verificou seus resultados na morte que ela impôs a Sócrates, envenenado, e na derrota que Atenas sofreu diante de Esparta. Tal crítica é de Platão.

Essa democracia direta também

foi encarada, com grande suspeição, pelo próprio filósofo de Genebra, Jean-Jacques Rousseau. Ele sabia que esse regime só seria possível em pequeninas comunidades em que os problemas estivessem no acesso, em média igual, de todos os participantes das decisões. Então, nas sociedades modernas não pode haver democracia direta. Tem que haver a delegação da representação, feita através de tais ou quais mecanismos. Estes são aspectos técnicos. A matéria essencial, o que diz respeito à *essência*, é aquilo assinalado há pouco e que, em termos de nossa cultura, continua sendo — ainda que nós, particularmente, não sejamos sectários, nem tenhamos qualquer convicção religiosa — uma cultura impregnada da influência cristã. Em nosso seio, essa essência está ligada, necessariamente, à concepção do homem em sua transcendência. O homem como um ser cujo destino se projeta em termos de infinito e de eternidade; não como algo cuja realidade, toda, se esgota, durante o instante fugacíssimo que transcorre do nascimento à morte. Porque supondo isso, ainda que não se entenda — e as pessoas que não lidam muito com tais problemas são surpreendidas e flanqueadas — admite-se um racionalismo naturalista, que terá todas as virtudes, menos a virtude de ser cristão; e é por isso que se coloca essa discussão interminável sobre se democracia é, afinal, ou não é, ideologia. É porque as pessoas se deixam fascinar pela *forma* e esquecem a *essência*. Evidentemente não é coisa de entusiasmar muito e

de levar pessoas ao sacrifício e à batalha, decidir sobre se o voto deve ser distrital ou não; se o sufrágio deve ser direto ou não; se deve haver voto proporcional ou não. Enfim, tais mecanismos, por si, por serem técnicos, não têm feição ideológica alguma. O que buscam eles — e é o que hoje os veículos de comunicação de massa escondem, com tanto zelo — é esconder a essência. Escondem o fato de que o homem deve ser livre em virtude de sua natureza, tal como concebida no seio da nossa cultura. Pela origem que essa cultura descreve como algo dotado de espírito livre (e nem se deve supor que todas as escolas admitem essa liberdade de espírito). Só se pode conceber, razoavelmente, superestruturas que sejam postas a serviço dos ideais que os homens sustentam. Ideais estes, por sua vez, que haverão de definir-se em relação a um referencial axiológico de natureza permanente. Do contrário, o barco da nossa sociedade poderá ser um barco bem polido, bem pintado, luxuoso, rápido, mas com um pequeno defeito: não tem leme. Não tem rumo.

Observemos bem o que está acontecendo ao Ocidente, que é detentor, sem dúvida nenhuma (em virtude dos valores essenciais — não dos formais — que remanescem em seu seio, apesar dos esforços desenvolvidos para destruí-los), da liderança do progresso técnico e do científico, da eficiência econômica, da justiça distributiva, e, sobretudo, das liberdades civis. Com todas essas lideranças e seus reflexos em termos de poder mili-

tar (detendo hoje mais ciência, mais tecnologia, economia mais pujante, presume-se que possa ter maior poder militar), o Ocidente tem recuado muito mais do que seria indispensável ou sequer inteligível. Isto porque nós temos desprezado a essência, para nos fixarmos nas formas. Seria impossível esgotar o assunto neste artigo, mas creio que forneci os elementos fundamentais para reflexão. Em uma tentativa de classificação de regimes políticos, começamos com Aristóteles, que fala de critério numérico, estabelecendo a distinção entre as monarquias, governos de um só; de poucos, aristocracia, ou governos de muitos, democracia.

Quando o enfoque passa a ser filosófico, especialmente de natureza moral, então fala ele de regimes puros — monarquia, aristocracia e a democracia — e impuros: a tirania, como uma espécie de perversão da monarquia, e a oligarquia, corrupção da aristocracia. Na classificação da ESG, os regimes políticos são divididos em autocráticos de direita ou de esquerda; na direita, nazismo, fascismo e Estado Novo e, na esquerda, o marxismo-leninismo; e em democráticos, o tipo inglês e o tipo norte-americano.

Creio que se deva dizer alguma coisa sobre os regimes autocráticos de direita, que representam algo que os escombros da Segunda Grande Guerra sepultou. Ainda assim, algumas pessoas — quando não querem se comprometer em demasia em relação ao único regime autocrático que realmente tem

poderes e atua no mundo de hoje, costumam evocar esses fantasmas como se eles fossem, de fato, equivalentes ao que efetivamente existe em nossos dias. Quando alguém diz: "Eu sou contra o comunismo e o fascismo", parece que são dois poderes equivalentes. O fascismo é uma reminiscência que os escombros da Segunda Grande Guerra sepultaram. Vamos dizer, então, alguma coisa sobre esses fantasmas. O nazismo era uma concepção de Estado baseada no sangue. Adolf Hitler que, diga-se de passagem, chegou ao poder através do sufrágio universal direto, em eleições lisas que o seu partido ganhou, de forma avassaladoramente expressiva — acreditava ou fingia acreditar, nas doutrinas de Rosenberg sobre a questão racial. Entendia que a raça ariana seria a raça matriz do impulso civilizador do Ocidente, cujos representantes remanescentes estariam, principalmente, localizados na Nação alemã; e que uma Nação é sempre o resultado de vozes profundas que estão na intimidade do sangue, e que atuam na forma das tendências, das inclinações, das aptidões, dos gostos, do que resulta, afinal, a expressão cultural e o perfil identificador daquela Nação. Razão pela qual, onde estivessem os arianos estaria a Nação germânica, ainda que eles não vivessem dentro das fronteiras da Alemanha do seu tempo.

Achava ele que o maior crime, contra a Nação, estaria sempre representado pela miscigenação, pela mistura de sangue, porque, com esta mistura se ia entibando, es-

morecendo, o impulso civilizador excelente, só encontrando na raça ariana e em seus remanescentes. Sobre isso acrescia a questão do partido único, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, que teria, também, um único chefe, o Führer. Este era, pessoalmente, responsável pelas decisões tomadas, a nível governamental, sendo, segundo a sua visão, as decisões plurais, quase sempre, recursos menos dignos de repartir responsabilidades, de maneira a vir a torná-las indiscerníveis e, portanto, na prática, inexistentes. Em linhas rápidas isso é nazismo.

O fascismo, imaginado por Benito Mussolini, egresso do Partido Socialista Italiano, e portanto, no início de sua vida política, um socialista, tinha como fundamento a noção de que o bem da comunidade nacional, só seria alcançável, em grau excelente, quando tudo, em termos de Poder, se contivesse e se conformasse dentro da instituição do Estado. Assim sendo, e dentro da visão de máxima eficiência, não se poderia admitir o multipartidarismo, porque ele não representaria outra coisa senão a fragmentação da opinião nacional, entibando, por via dessa fragmentação, o esforço que deveria ser coeso, reunido. Daí fascismo, "il fascio", o símbolo das legiões romanas, o feixe (de varas, juntas, unidas). Para que não se negasse qualquer tipo de representatividade, o fascismo adotou uma visão corporativista para a organização do Estado. Então as Câmaras do Fascio, eram de composição corporativa, pois a representação não

se fazia por partidos políticos, mas sim por classes. Havia uma extrema centralização política, uma autoridade irretorquível, do Duce, autoridade esta que podia contrabalançar, só ela, as divergências naturais que podem surgir de uma Câmara Corporativa, uma vez que os interesses de classe, de cunho econômico, freqüentemente são colidentes e, muitas vezes, não coincidem com o interesse comum da coletividade nacional. Daí a extrema centralização política. Isso foi o fascismo.

O Estado Novo não chegou a ser nada disso. Foi apenas a imposição da vontade de uma liderança carismática que se exercitou, em termos teóricos, de um modo ditatorial, mas o fez visando, sobretudo, agrasar e beneficiar as camadas mais numerosas da população, que são as que estão nos estratos mais baixos da sociedade nacional. Tinha o caráter de uma ditadura: Congresso fechado, depois da experiência fracassada de uma Câmara Corporativa, natimorta nos idos de 1934, o Estado Novo foi fundado em 1937. Representava ele o poder pessoal daquele líder carismático chamado Getúlio Dornelles Vargas. É curioso, para os que enfocam esse problema sob o ângulo sociológico. Parece que, os que se pretendem arautos dos mais profundos anseios da alma nacional, não estão sendo muito realistas quando colocam os seus enfoques no plano de reformas superestruturais — porque, em termos de superestruturas, o Estado Novo, convenhamos, deixava muito a desejar. Mas, não obstante isto,

não se pode negar que jamais houve, no período republicano, um Chefe de Estado, no Brasil, que tivesse a popularidade de Getúlio Dornelles Vargas. Aqui encerro o que tinha a dizer a respeito de regimes autocráticos. Quanto aos democráticos, nós já os vimos *na sua essência*. Na forma todos conhecem; o regime inglês e o americano são exemplos.

Vamos passar, agora, ao regime autocrático, que, efetivamente, existe em termos de Poder ameaçador, que é o marxismo-leninismo. O marxismo não é uma teoria do Estado, não é uma doutrina econômica, não é uma fórmula de implementação da justiça social, nem é um método de ação revolucionária. Ele é uma cosmovisão que se propõe a responder e, efetivamente, responde, a todas as indagações fundamentais do espírito humano.

Coloco, em primeiro lugar, esse lembrete, porque ele é essencial à compreensão do fenômeno. Quem imagina que o marxismo, para atuar, é obrigado a usar uma linguagem de significação política, por exemplo, está redondamente enganado. Quem pensa que sua atuação depende da pregação de determinadas teses, em matéria de sistema econômico, está completamente equivocado. Isso porque o marxismo é, de fato, uma cosmovisão e, assim sendo, propõe-se a responder e, efetivamente, responde, a todas aquelas indagações, de maneira que podemos ter uma estética marxista-leninista, como podemos ter uma economia marxista-leninista, ou artes plásticas

de inspiração marxista-leninista, como, também, uma matemática, por exemplo, os *Conceitos Fundamentais da Matemática* de conhecido autor português, livro que é espécime antológico de ensino da mentalidade dialética, através dos conceitos fundamentais da Matemática. É necessário entender, agora, quais são os fundamentos, os aspectos essenciais do marxismo, para que ele possa ser entendido como um todo. É claro que eu não poderia abordar, sequer, todos esses fundamentos, mas procurarei fazer, tanto quanto esteja ao meu alcance, uma seleção criteriosa deles.

Em primeiro lugar, é preciso compreender que o marxismo, realmente, parte da negação frontal e necessária da existência de um Deus criador, ou de qualquer coisa fora da ordem natural e fora da matéria. Esta posição não é, para o marxismo, uma posição lateral, que se possa adotar ou não. Esta é a posição de partida, e sem ela o edifício marxista deixa de existir, simplesmente. Ponho tanta ênfase nisto, porque há uma tendência, no povo em geral, de supor que o marxismo seja uma posição divergente do sistema, como seria um outro partido qualquer ou mesmo como o partido fascista. Mas não se trata disso. Trata-se de alguma coisa que refuta, que nega, que se contrapõe, de maneira taxativa, categórica e racionalizada, a todos os fundamentos da nossa cultura; e é a primeira vez na História que isto acontece: e eu desafio os historiadores a identificarem, no passado, alguma

tentativa de organizar a sociedade com base na negação total, radical e dogmática da transcendência. Pois o marxismo é, realmente, uma tentativa nova que surge nos seis mil anos, aproximadamente, da História dos homens. Ele é, então, um fenômeno singular. Pelo efeito da impregnação — que eu assim chamo, porque resultante de idéias que se aceitam, a princípio, difusas, depois bem configuradas, não pela análise racional, mas pela simples repetição maçante e continuada, ao longo do tempo — passou ele a conviver conosco como se fosse, apenas, uma coisa a mais que um bom democrata deve encarar como uma tendência, como um movimento, um partido como outro qualquer. Não, o marxismo não é isso. É um partido muito especial, com tendências e características especialíssimas e diferentes de todas as outras jamais surgidas no curso de toda a História, dos seis mil anos da Humanidade. Ele tem feição dialética, sabemos disto. No particular, Marx inspirou-se na dialética de Hegel, por irrisão, porque Hegel era o gigante do idealismo alemão. Marx era materialista e foi assim desde o início, não somente depois de estudos profundos. Tinha apenas 19 anos quando escreveu a sua primeira tese na Universidade de Berlim, onde pontificara, poucos anos antes, a figura de Hegel, que tinha um prestígio imenso na Europa daquele tempo, e sobretudo na Alemanha. A tese de Marx visou ao estudo comparativo do pensamento de Demócrito e de Epicuro, dois filósofos materialistas.

Se isto não bastasse para caracterizar a sua atração pela posição materialista, acrescentar-se-ia o facto dele haver colocado como ornamento de sua tese a frase do Prometeu, de Ésquilo: "Em uma só palavra, ódio a todos os deuses." Tinha, então, 19 anos de idade, o que mostra que o seu ateísmo militante não foi algo conseqüente a estudos demorados, análise conscienciosa. Era prévio, porque ele nasceu na cidade que, para os alemães é Trier, e para os franceses é Trèves. Marx nasceu em 1818, e aquela cidade, que fica na Renânia, voltou à soberania da Alemanha em virtude do tratado de Viena. Naquela região, em que nascia o jovem Marx, não se sabia direito, afinal, se era França ou Alemanha. Ele não teria uma visão muito entusiástica com respeito a temas nacionalistas, pois, além disso, era filho de pais judeus.

Havia, inclusive, na família, uma sucessão de rabinos; mas os pais de Marx se converteram à religião Protestante, professada pela Casa dos Hohenzollern que, extremamente ciosa de suas posições ideológicas, prestigiava o idealismo hegeliano. O pai de Marx era advogado e portanto com pleitos freqüentes em repartições oficiais. Alguns biógrafos, talvez um pouco maldosos, admitem que aquela conversão não tenha sido sincera, mas sim de conveniência. E o jovem Marx, que tinha seis anos, à época da conversão, estava vendo isso dentro de casa.

Talvez não estivesse muito interessado em levar a sério confissões religiosas de qualquer natureza.

Esse jovem continuou a sua vida. Não se destacou especialmente nos estudos do que para nós é o 2º grau, mas era, estupenda e extraordinariamente, inteligente. Uma vez, recusando-se a estudar Direito na Universidade de Bonn, para onde o mandara seu pai, passou a estudar Filosofia na Universidade de Berlim. Ali, ele se filiou, rapidamente, ao que se chamava, então, de esquerda hegeliana, pois não tinha estatura, nem os que compunham a esquerda hegeliana, para uma contestação frontal e global ao pensamento de Hegel.

Passou a freqüentar a roda de David Strauss, de Bruno Bauer, que tinham Ludwig Feuerbach como líder espiritual e intelectual. Eles tentavam contestar o pensamento de Hegel, mas não tinham, ainda, pelo menos Marx, suficiente bagagem para uma contestação válida, global e respeitável. Começou ele a militar nessa roda e, em pouco tempo, Bruno Bauer tentou levá-lo para a Universidade de Bonn, para ser professor e defender tese. Esses problemas de infiltração, como se vê, não são novos no ambiente universitário. Ocorre que, nesse entretempo, Marx publicou, a quatro mãos, com o mesmo Bruno Bauer, um folheto, que nós chamaríamos hoje de subversivo, denominado *A Trombeta de Juízo Final, contra Hegel*. O "SNI" da Casa reinante, da Prússia, identificou, rapidamente, os autores do folheto; em conseqüência, ele teve fechadas as portas da Universidade de Bonn e de todas as Universidades alemãs. Daí, frustrado em suas pretensões ao magistério,

derivou para o jornalismo e foi ser colaborador do jornal *Reinische Zeitung*. Nesse jornal deram-lhe a incumbência de tratar de temas sociais, relativos aos problemas operários, na época em efervescência. Na época, de todos aqueles socialismos antes mencionados, ele, como não tinha condição para tal, pediu alguns meses para se inteirar desses assuntos, dos quais não cuidava. Depois desse tempo, começou a colaborar e passou a ser o mais radical entre os radicais que escreviam no *Reinische Zeitung*.

O governo da Prússia, novamente vigilante, criou situação tal, que ele sentiu que seria melhor emigrar para a França, que era grande recipiendária — em virtude da famosa liberdade, sem contornos, sem limites, a que foi feita alusão — de todas as tendências, as mais variadas da Europa inteira. Na França, tentou colaborar em outro jornal, o *Deutsch Franzosisch Jarbucher*, que não teve sucesso por motivos financeiros. Começou a freqüentar as rodas da "boemia" de esquerda, em Paris, onde conheceu Proudhon, que lhe deu a idéia de aproveitar a dialética de Hegel. Ora, essa dialética era o próprio idealismo na sua feição mais explícita. Ela partia da existência de um Conceito Absoluto que, num primeiro movimento dialético se auto-determinava na categoria mais simples que era o "ser", o qual num novo movimento dialético gerava o "não-ser" e a interação dialética, o "devenir", etc. Isto já existia desde o conceito absoluto. Na espécie humana, a dialética passa a existir no mecanismo do pensamento em

que cada idéia, por não conter toda a verdade que o conceito absoluto contém, é, apenas, expressão parcial de verdade e, por isso, traz, em si mesma, idéia que lhe é contraditória; e a interação entre as duas não anula nem uma nem outra, mas supera ambas na geração do que se chama síntese, em linguagem hegeliana; a síntese, uma vez formulada, se constitui numa nova tese a gerar a sua antítese, e, novamente, a síntese, o que seria o mecanismo do pensamento humano, em direção à reincorporação no Conceito Absoluto. Este mesmo mecanismo existiria nos outros seres, inclusive vegetais, animais, etc., através da "necessidade". É ela que orienta e encaminha os seres não-rationais, no rumo da integração no Conceito Absoluto.

Ora, isto é idealismo puro. Marx era materialista ferrenho. À primeira vista, seria um disparate, mas ele era não apenas materialista, mas, também, revolucionário. É dele a expressão: "A Filosofia, até hoje, ocupou-se em explicar o mundo. É necessário que ela agora seja capaz de transformar o mundo." Ele viu, na dialética de Hegel, a formidável potência do seu dinamismo e, simplesmente, inverteu a teoria hegeliana, dizendo que Hegel viu a dialética invertida, e que existe a dialética, originariamente, na matéria. A mente não é outra coisa senão reflexo das atividades da matéria; e como a matéria é dialética, a mente também é dialética, mas como reflexo e não originariamente. Assim se introduziu no sistema de pensamento marxista, ou na sua cosmovisão, a dialé-

tica. Esta é uma formulação bem resumida do assunto.

Quais são os problemas que se apresentam, logo de início — e é aí que vamos chegar a algo mais substancial — a qualquer escola filosófica, que se proponha, em sua visão cosmológica, a explicar o Universo?

É o problema do movimento. O Universo é dinâmico, movimentase. É, também, o problema do aumento quantitativo da realidade. Por exemplo, este planeta, esta nave espacial, como alguém já disse, tinha alguns milhões de habitantes há cem anos atrás. Hoje, tem aqueles milhões mais  $n$  milhões de habitantes humanos. Houve o aumento quantitativo da realidade na espécie seres humanos; e é, também, o aparecimento de novas qualidades, quer dizer, coisas que não existiam antes e que agora passaram a existir. Esses problemas precisavam ser resolvidos, e Marx propôs-se a enfrentá-los através de leis, absolutamente fundamentais em matéria de marxismo, sem cujo conhecimento posso assegurar que qualquer pessoa, que se suponha conhecedora do pensamento de Marx, é, a respeito dele, solidamente analfabeta. A primeira é a chamada Lei dos Contrários: "a realidade é uma união de contrários", o que implica na afirmação de que todo ser é, sempre, o resultado de uma união de contrários. Como são contrários, se contrariam e, ao se contrariarem, conferem dinamismo ao ser. Esta é a explicação marxista para o movimento observado no Universo; não é uma explicação, uma hipó-

tese, ela é a explicação. E isto pode ser encontrado, por exemplo, no que, expressamente, declara Viacheslav Adoratsky — que foi diretor do Instituto Marx-Engels-Lenine em Moscou — em suas obras, nas quais ele, taxativamente, declara que é a causa; e, mais e melhor do que isso, no 22º volume da *Grande Enciclopédia Soviética*, em que o verbete correspondente, de autoria de Razumovsky, também diz que a lei dos contrários é a explicação para todo o movimento observado no Universo. Movimento, não no sentido mecânico, só, mas no sentido filosófico, ou seja, toda a atividade observada no Universo, dispensando, e isto é textual, as ideias alienadas a respeito de um Deus fora da matéria. Esta é a lei fundamental do materialismo dialético.

A outra lei é a que tenta explicar o aumento quantitativo da realidade, a Lei da Negação: todo ser tende para a sua negação, a qual, ao ocorrer, acarreta o aumento quantitativo da realidade na classe do ser que é negado. Sem dúvida, isso é complicado. Mas, se usarmos um exemplo do próprio Friedrich Engels, na sua *Dialética da Natureza*, ficará claro. Diz ele: "Tomemos um grão de cevada, deixemo-lo cair ao solo; ali, em face das condições do meio, ele germinará, emitirá cotilédones, raízes e um caule e, daí a pouco, haverá desaparecido o grão de cevada. Ele negou-se, mas, em seu lugar, surgiu o pé de cevada e a espiga de cevada, onde o grão, que se negou, ressurge em cem, duzentos", ou seja, a negação acarreta o aumento da

realidade na classe do ser que foi negado. Esta não chega a ser uma lei, porque dizer *como* uma coisa se passa não é dizer *porque* a mesma se passa assim e não de outra maneira; e fazê-lo de forma tão superficial também não satisfaz a quem tem a exigência crítica um pouco mais aguda, pois seria o caso de perguntar-se: se lançarmos um pedaço de pedra ou de milho, nasce um pé de cevada? Não, só se lançarmos o grão de cevada. A explicação, então, é que o pé de cevada já existia, palpitando, real, no seio do grão de cevada. Isto, muitos séculos antes, na idade da "obscuridade", da "escuridão", Sto. Tomás de Aquino já dizia: "O ser antes de ato é potência." O pé de cevada já existia no grão de cevada como potência. Em ato quando se criaram as condições necessárias.

A terceira é a Lei da Transformação: Aumentos quantitativos suficientes da realidade provocam transformações qualitativas. Exemplo de Engels, na mesma *Dialética da Natureza*: Tomemos um pouco de água e comecemos a aquecê-la. Estaremos fornecendo quantidades de calor a esse sistema. Essas quantidades de calor irão se somando, e a água irá ficando mais quente. De repente, nas condições de pressão ambiente, atingida a temperatura adequada, a água, bruscamente, transforma-se em vapor. Então, aumentos quantitativos da realidade produzem o aparecimento, *em salto brusco*, de novas qualidades.

Quando falamos de luta de classes, o que estamos fazendo é a

visão dialética da sociedade dos homens. Observado o processo histórico, nas sociedades, tão diferentes ao longo do tempo, há um dinamismo daquilo que eu chamo, com uma certa qualidade de expressão, de "ser sociedade" dos homens. Esse dinamismo, pontifica Marx, tem, como causa necessária, a luta de classes. Então, no caso da sociedade moderna, existem o operariado e a burguesia. São os dois opostos do "ser sociedade" dos nossos dias. Eles estão se contrariando, e aí entra a Lei da Transformação. Quando o operariado for suficientemente numeroso, *por salto brusco*, haverá uma transformação de qualidade na organização social, quer dizer, entraremos, numa primeira etapa, na ditadura do proletariado, em lugar da ditadura da burguesia. Como os senhores podem verificar, isto é uma coisa em que os marxistas crêem mesmo, pois a necessidade de transcendência do homem é muito grande, e quando se elide a hipótese de algo que está fora do universo material, ele propende a crer no que lhe é sucedâneo. No caso o sucedâneo é a visão, "soi-disant" racionalizada e capaz, dessa cosmovisão, de explicar todos os fenômenos fundamentais que se apresentam ao espírito humano. Em termos de Filosofia da Natureza, creio que estas são as três leis. Naturalmente não iremos levá-las muito a sério; ninguém estará se convertendo ao marxismo, pois a Lei dos Contrários, que é a única que mereceria, eventualmente, essa qualificação de lei, não tem validade alguma.

O leitor acredita que entre cem banqueiros mortos e dez mil operários defuntos possa haver uma luta de classes? Não, é claro. Porque não têm atividade. Já estão todos mortos, não podem fazer mais nada. Então, eu diria que os tais contrários, cada um deles já tem que ter atividade. Quem lhes dá atividade? Suponhamos, para dar uma chance ao pensamento de Marx, que apenas um deles tenha atividade. Apenas um, não os dois, o que já seria suficiente. Mas quem conferiu a ele essa atividade? Outro ser, vizinho? Mas quem a deu ao vizinho? Outro ser? E a este? E assim por diante, quando então chegaremos àquilo que, também na "idade trevosa", já tinha sido dito: o movimento de que o Universo é dotado depende de um motor imóvel externo à natureza. Isto é o que está no pensamento de Sto. Tomás. É apenas hipótese. Mas não acredito que seja uma hipótese menos satisfatória, à luz das exigências da razão, do que a outra hipótese, que também não se mostra satisfatória à luz das referidas exigências. A segunda é compatível com a nossa cultura e abre esperanças que a outra não abre. Adotar a visão materialista, dialética como seja, não parece um bom negócio.

Vamos agora dizer alguma coisa acerca do famoso Materialismo Histórico. Ele já está, em grande parte, explicitado quando se diz que o motor necessário da história é a luta de classes. Tudo acontece por causa dela. Mas, não apenas isso. Também quando se diz que todas as superestruturas concebidas

são decorrências dos modos e das relações de produção, pois o homem, que não tem alma (é mortal e só matéria), passou a ter um universo mental no dia em que fez o primeiro gesto útil à sua sobrevivência. A sua mente registrou esse gesto e, depois, foi somado a outro gesto, e mais outro; eles se relacionaram entre si, e isto foi criando o universo, sempre ligado às atividades materiais e, sobretudo, às que dizem respeito à produção econômica e às relações de produção. Esta é a essência do Materialismo Histórico. O que se infere, razoavelmente, é que, quando as infra-estruturas econômicas forem iguais, as superestruturas deverão ser, também, iguais. Dentre essas superestruturas há uma que sobreleva em importância, que é o Estado. Então, vejamos se aquela inferência se confirma à luz da História.

Os gregos, se não me falha a memória, conheceram, primeiro, a realeza hereditária, depois a república democrática, depois a tirania dos trinta tiranos e depois a democracia — tudo isto sobre a mesma base econômica de natureza agropastoril, fundada no trabalho escravo. Em Roma, ao mesmo tempo, vemos, em primeiro lugar, a realeza eletiva; em segundo, a república aristocrática, a república democrática e, finalmente, o despotismo dos Césares — tudo sobre a mesma base econômica. Também há outra coisa: se existe luta de classes em todas as sociedades, acredito que aquelas mais nitidamente estratificadas, em termos de classes, deveriam ser as mais pro-

gressistas, de transformação mais rápida. Será isto o que ocorre na Índia? Acredito que não. Também, como explicar as sociedades que progrediram, depois estagnaram, e depois retrocederam? É que o grande mal de Marx, que surpreende, sendo ele tão inteligente, foi ser incapaz de distinguir as significações dos verbos condicionar e determinar. Quer dizer, as circunstâncias dos fenômenos condicionam, mas não determinam, pois elas mudam; e ao afirmar, ele, que elas mudaram, afirma a capacidade da mente humana de mudá-las, e não prova que esta capacidade esteja totalmente subordinada às características de infra-estrutura. Isto nos levaria, agora, a uma incursão na Teoria do Conhecimento e da sua versão marxista, que não cabe tratar agora.

Por enquanto, eu diria que, em termos de Materialismo Histórico, essa estrita determinação das superestruturas e dos fatos históricos pelas circunstâncias da infra-estrutura econômica, é um engano. Que estas influenciam, poderosamente, ninguém haverá de negar; que tem havido lutas de classe e que continuará a haver, não resta dúvida. Mas ninguém, que tenha exigência crítica adequada, haverá de transformar uma e outra em condições absolutamente indispensáveis. Como exemplo, suponhamos uma sala que tivesse, de repente, todas as suas luzes apagadas e cortinas espessas nas janelas e na porta. Ela mergulharia na total obscuridade. Se abrissemos uma janela, ela ficaria clara. O marxista diria: "A janela aberta determinou a claridade

na sala." Eu diria: "A janela aberta foi a condição necessária. Quem determinou foi o sol, que está muito longe daqui." Um pintor precisa do pincel e da tela para pintar. O pincel e a tela em que ele produz a sua arte são condições necessárias. Sem um ou outro, ele não produzirá, mas não são eles que determinam. Porque se me derem o mesmo material, eu não serei capaz de fazer uma obra igual. A diferença entre condição necessária e causa eficiente, os filósofos, do "período das trevas", sempre a souberam. Mas Marx, que era "iluminado", ao que tudo indica ignorou essa diferença. Já houve quem dissesse que é uma temeridade sem par tentar colocar todos os fatos históricos no leito de Procusto da dialética. O que é peculiar ao marxismo é que ele tem uma espécie de "make-up" que o faz atraente para quem não tenha uma visão crítica adequadamente acerada. Realmente ninguém pode negar que as circunstâncias do processo produtivo influem sobre as superestruturas.

Influem, condicionam, mas não determinam. Para quem tem exigência crítica, idéias e esperanças valem muito. Mais do que parecerá, à primeira vista, com a diferença que, para alguns, estará parecendo sutil. Até aqui o famoso, decantado, Materialismo Histórico, da cosmovisão do materialismo dialético. Quanto à questão religiosa, o marxismo surgiu no século da euforia evolucionista — século XIX. Os trabalhos de Erasmo Darwin, tio de Charles Darwin, e de Conte de Buffon já estavam fazen-

do sucesso desde o século anterior, e o evolucionismo começava a ocupar as imaginações; à altura, impregnadas daquele cientificismo que resultou das circunstâncias que assinalai, no início da exposição. O marxismo embarcou, pressuroso, nessa visão evolucionista. O processo histórico tem um sentido que é, precisamente, representado pela sociedade comunista do futuro, que Marx anteviu; de sorte que os comunistas não são propriamente revolucionários, na acepção mais profunda. Eles são (supõem-se) parteiros da História. Ela está dando à luz esse filho magnífico. Eles estão só ajudando, porque como o homem não tem espírito livre, como as suas ações individuais e coletivas são determinadas, não influenciadas — note-se bem a diferença — por circunstâncias do contexto material, o que se passa é algo sobre que o homem pode influir secundariamente; mas há uma marcha inelutável cujas leis, as fundamentais pelo menos, são as que estou oferecendo à consideração do leitor, com o que elas valem. Isto é o marxismo atraente, no mundo profundamente hedonista em que vivemos; num mundo em que, em termos políticos, as pessoas se fixam nas formas e não na essência. Num mundo em que essas formas, estimuladas num grau estupendo de mistificação ostensiva, para que não se vejam as coisas que, por detrás, se estão passando. Num mundo que reedita, de certa maneira, aquilo que Guerra Junqueiro disse: "Oh, bêbeda Inglaterra, oh! cínica impudente. Que tens levado tu, ao ne-

gro e à escravidão? Chitas e hipocrisia, evangelho e aguardente, repartindo, por todo o escuro continente, a mortalha de Cristo em tangas de algodão. Teus apóstolos vão, prostituta devassa, com o fim de levar os negros para o céu. Desde o Zaire ao Zambeze, desde o Cabo ao Niassa, batizando a impiedade em Jordões de cachaça e mostrando-lhes o teu Deus na tua hóstia — o guinéu!"

Aquilo que, no passado, se fazia só com cachaça, hoje faz-se com ela, sexo e droga. E tudo isto é mais facilmente manipulável, quando o grau de amplitude da liberdade, de uma liberdade que não se define, quanto a contornos nem quanto a limites; e que por isso se degrada em sua nobre essência, serve de manto acobertador de todas aquelas ações, levadas a cabo, infelizmente, não apenas pelos adeptos da cosmovisão do materialismo dialético mas, também, pelos que, desde o início da revolução industrial — alapardados por trás de certas fórmulas mágicas, para que as massas não entendam o que, de fato, está acontecendo — continuam a locupletar-se, livremente, do suor, do trabalho e do esforço e, pior do que tudo isso, da dignidade e da alma das pessoas. A mistificação chega a tal ponto que, à força de fixar a atenção apenas nas superestruturas, esvaziando-as de significação, chega-se a coisas desse tipo: Por que não implantar na Bolívia, por exemplo, uma superestrutura equivalente à da Dinamarca?

Claro que se tenta isso. À da Dinamarca eu não diria, mas à dos

EUA, por exemplo. A liberalização política é inversamente proporcional à tutela do Estado. Na verdade, à medida em que a tutela do Estado aumenta, evidentemente a liberação política diminui, e reciprocamente. Sempre haverá um ponto além do qual não é possível ir, em termos de liberação, a não ser que adotemos, confessadamente, a posição anarquista. Abaixo de um certo ponto começarão, quem sabe, a desfazer-se as formas de convívio social e a se implantar a desorganização e o caos. Há certas sociedades em que a tutela do Estado tem que ser maior, para que as formas superestruturais e as formas de convívio se mantenham eficazes. Será que esses pontos devem coincidir, nos casos da Bolívia e da Dinamarca ou os EUA? Apenas por uma superstição em torno de fórmulas superestruturais? Evidentemente, não. Por que, então, importar superestruturas e implan-

tá-las? Os organismos sociais também têm reservas e mecanismos imunológicos. É por isto que há crises de rejeição. A História de muitos países mostra que essas crises de rejeição, em alguns deles, são monotonamente repetidas, e sempre pelas mesmas causas.

A famosa frase de Vishinsky, na ONU, há quase 30 anos atrás, diz: "Nós os venceremos com algo que os Srs. não entendem — as nossas idéias!"

Emmanuele Mounier diz: "Não se combate o comunismo ou o marxismo com a ignorância. O marxismo é uma cosmovisão. Nós temos que estudá-lo muito melhor do que foi estudado aqui."

Nós diremos: Não se defende ou aperfeiçoa a democracia endeusando-a de maneira acrítica, mas conhecendo-a e estimando-a em sua essência e lutando para aperfeiçoá-la em suas formas.



*Prof. Jorge Boaventura de Souza e Silva é Bacharel e licenciado pela Faculdade Nacional de Filosofia — ESG (CSG) e Colégio Interamericano de Defesa. Professor e conferencista em vários estabelecimentos de ensino civis e militares, cabendo destacar as Escolas de Estado-Maior das três Forças Armadas (EsGN, ECEME e ECEMAR), a ESG e o CID. Exerceu diversas funções e integrou um grande número de comissões do Ministério da Educação e Cultura ressaltando a de Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, de Presidente do MOBREAL e Diretor da Divisão de Educação Extra-Escolar. Atualmente é Professor da Academia da Força Aérea, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e Membro do Corpo Permanente da ESG.*